

PERSPECTIVAS RELACIONAIS EM GEOGRAFIAS CULTURAIS E EM ESTUDOS SOBRE AS MICROTERRITORIALIDADES DAS HOMOSSEXUALIDADES

Relational perspectives in cultural geographies and in studies on microterritorialities of homosexualities

Benhur Pinós da Costa¹

RESUMO

Claval (1999) propõe os desenvolvimentos relacionais das Geografias Culturais. O problema relacional é abordado na necessidade de fazer interagir posicionamentos teóricos e epistemológicos que discutem as relações estruturais e estruturantes de cultura e, de outro lado, explorem as relações diversas das subjetividades das pessoas com os espaços cotidianos. Propõe a relação entre perspectivas fenomenológicas de estudos dos espaços percebidos com as formações coletivas criadas socialmente, nos parâmetros civilizatórios, políticos e econômicos. Para isso colocamos em discussão os problemas sobre as materialidades, sobre as percepções e as representações nas Geografias Culturais. Enfocamos as percepções como vínculos imediatos das pessoas com os espaços de vida e as representações como interseções coletivas e sociais que abarcam estes indivíduos nas vivências de espaços pré-concebidos. Demonstramos isso em diferentes momentos dos estudos sobre as microterritorialidades homossexuais, que ora se vinculam a questões estruturantes das produções de identidades sociais, ora se concentram nas perspectivas de ordens fenomênicas sobre as experiências nos espaços de encontros de pessoas orientadas sexualmente para o mesmo sexo.

Palavras-chave: Percepções. Representações sociais. Singularidades. Homossexualidades. Microterritorialidades.

ABSTRACT

Claval (1999) proposes the relational developments of Cultural Geographies. The relational problem is addressed in the need to interact theoretical and epistemological positions that discuss the structural and structuring relations of culture and, on the other hand, explore the diverse relationships of people's subjectivities with everyday spaces. It proposes the relation between phenomenological perspectives of studies of the perceived spaces with the socially created collective formations, in the civilizing, political and economic parameters. For that we put in discussion the problems about the materialities, about the perceptions and the representations in the Cultural Geographies. We focus on perceptions as immediate links between people and living spaces and representations as collective and social intersections that encompass these individuals in the experiences of preconceived spaces. We have demonstrated this at different times in studies of homosexual microterritorialities, which are sometimes linked to structuring issues in the production of social identities, sometimes focused on the perspectives of phenomenal orders on experiences in same-sex-oriented meeting spaces.

Keywords: Perceptions. Social representations. Singularities. Homosexualities. Microterritorialities.

¹ Professor do Departamento de Geociências e Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS. benpinos@gmail.com.

✉ Avenida Roraima, 1000, prédio 17, Departamento de Geociência, sala 1106, Camobi, Santa Maria, RS. 97105-900.

INTRODUÇÃO

Este texto procura pensar os horizontes das Geografias Humanistas e Culturais brasileiras na perspectiva da minha inserção como pesquisador em grupos que se qualificam por estes estudos. Penso nestes horizontes a partir de meu reconhecimento como pesquisador que participou e participa de eventos e discussões de coletivos no Brasil, principalmente minhas contribuições em alguns eventos do NEPEC (Núcleos de Pesquisa em Espaço e Cultura) da UERJ; minha inserção no NEER (Núcleo de Estudos em Espaços e Representações) e minha forte atuação no grupo sobre Múltiplasterritorialidades e Microterritorialidades nas Cidades.

As minhas discussões aqui remetem aos problemas das espacializações de pessoas orientadas sexualmente para o mesmo sexo, que, nas minhas histórias de pesquisas, as tenho entendido nas perspectivas das produções territoriais, que eu represento como apropriações de partes do espaço urbano, nas quais os sujeitos se encontram para suas relações homoafetivas. Nesta especificidade, eu tenho debatido muito o conceito de “microterritorialidade”, nos quais os eventos e as publicações do grupo de Múltiplas e Microterritorialidades nas Cidades eu tenho mais contribuído.

Assim, um dos problemas que tenho me detido são as geografias dos sujeitos homoafetivos. Não somente tais pequenas geografias, mas como elas estão conectadas com perspectivas “macros”, como as produções sociais das identidades, e perspectivas mais íntimas, como as vivências singulares das pessoas nos encontros e relações estabelecidas em microterritorialidades homossexuais. É desta forma, que este texto está organizado em duas grandes partes, que guardam consigo a necessidades de se estabelecerem as relações construídas nos problemas em evidências: a primeira parte se revela em discussões

sobre os horizontes das Geografias Culturais e Humanistas em perspectivas “relacionais”, nos quais estes debates existem, aqui, em virtude de minhas demandas de pensamento construídas sobre meus problemas; a segunda parte aborda os meus horizontes em Geografias Culturais e Humanistas para os entendimentos dos sujeitos orientados sexualmente para o mesmo sexo em microterritorialidades urbanas, ou seja, meus trânsitos de especificidades de abordagens culturais em sentidos de integralidades necessárias a tais fenômenos.

PARTE I: HORIZONTES RELACIONAIS DE GEOGRAFIAS CULTURAIS E HUMANISTAS

A ideia da questão relacional é trazida de Claval (1999), quando ele se ocupa das abordagens culturais na Geografia. Para o autor, a Geografia Cultural manteve uma ruptura paradigmática na segunda metade do século XX, passando pelos enfoques das abordagens materialistas de cultura para perspectivas que trabalham as relações entre “percepções” e “representações”. Penso que os problemas das percepções e das representações são evidentes nos tratamentos culturais sobre as relações dos sujeitos com os espaços e estes se tornaram focos de meus debates ultimamente. Existem relações imbricadas sobre as realidades práticas dos quais estes conceitos emergiram, mas, ao mesmo tempo, eles remetem a condições de pensamentos diferenciados.

De um lado, particularmente, as noções de “percepções” evidenciam os problemas das pessoas que percebem e interpretam a “si”, aos espaços, aos fenômenos e aos “outros”. Neste sentido, detenho-me nas análises daquelas “singularidades” (GUATTARI; ROLNIK, 2007) que estão percebendo e interpretam seus espaços de vida. Nas concepções de “espaços vividos” (que para a Geografia advém

das ideias de “mundos vividos” de Merleau-Ponty (2011)) temos as pessoas e suas construções de espaços, que se estabelecem vinculadas às suas experiências cotidianas. Assim, existem, aqui, caminhos que partem dos sujeitos que percebem e interpretam, a partir de suas experiências vividas, as coisas e os seres dos seus espaços cotidianos. As pesquisas, que querem seguir estes caminhos, procuram “darem luzes” (mostrarem) tais interpretações. Os espaços cotidianos, assim, são explicados valorizando estas interpretações.

Por outro lado, os problemas das “representações” se revelam nas apresentações e expressões daqueles que interpretam “às luzes” de algumas coisas já interpretadas ou apreendidas social ou culturalmente falando. Se prendermo-nos nestas perspectivas, teremos a tendência em entender os espaços dos sujeitos pelos vieses das “representações coletivas” (DURKHEIM, 2002), que servem como veículos de entendimentos de suas realidades. Assim, temos os enfoques das culturas como estruturas simbólicas interpretativas em que os sujeitos são formados e, por ela, acessam e interpretam as coisas do mundo. Por outro lado, as “representações sociais” (MOSCOVICI, 2003) são informações e conhecimentos produzidos socialmente que servem para os sujeitos os manipularem de formas conscientes e, assim, representarem, diferentemente das primeiras propostas, as coisas e fatos do mundo. Nesta segunda perspectiva, parto dos pressupostos que existam reapropriações interpretativas dadas pelos sujeitos e grupos sociais daquilo que é representado socialmente ao longo dos tempos. Assim, as concepções de culturas como estruturantes das construções simbólicas pelas quais os sujeitos interpretam o mundo, se transformam em formas em construções ou em estruturações, que mudam, pelas novas interpretações acumuladas nos sentidos construídos pelos sujeitos sociais.

São por estes aspectos que Claval (1999) se preocupa em entender as perspectivas relacionais de culturas, no entendimento das

produções/representações dos espaços dos sujeitos nas relações entre “interioridades” (talvez mais vinculado às perspectivas das percepções/interpretações singulares dadas por eles) e “exterioridades”. Concebo “exterioridades” como certos fenômenos informativos e de aprendizados com grupos e instituições sociais que se revelam em representações que abarcam os pensamentos e as formas que os sujeitos interpretam seus mundos. Assim, existem “outros” que influenciam nossas interpretações e estes funcionam como “exterioridades” informativas e de conhecimentos que aprendemos no decorrer de nossas vidas. Para estes dois problemas, teremos que rever alguns trânsitos que são especificações de horizontes de Geografia Cultural que poderiam se relacionar.

As perspectivas materiais

Claval (1999) observa os trânsitos dos entendimentos dos conceitos de culturas, na Geografia, das perspectivas materialistas para perspectivas das relações dos sujeitos com os espaços nas imbricações (questões relacionais) entre “exterioridades” (coletividades e questões sociais) e “interioridades” (subjetividades das pessoas e suas relações com os espaços). No entanto, vou começar debatendo aquilo que Claval (1999) não dá importância: as próprias perspectivas materiais. Coloco em pauta isso porque as materialidades envolvem relações de percepções e representações, pois as materialidades são as relações estabelecidas entre “o real” e as consciências das pessoas que a percebem ou que as representam.

Em primeiro momento, as materialidades são “marcas na terra”, produzidas pelas construções humanas, que apresentam sentidos das produções culturais de determinadas coletividades. Por outro lado, as materialidades funcionam como “matrizes” que relacionam percepções

e formas de representações dos sujeitos sociais. Berque (2012) vê isso na perspectiva da paisagem: a “paisagem marca” e a “paisagem matriz”. Ambas as concepções implicam relações materiais produzidas pelos sujeitos envolvidos ou agindo e representando, vinculados às culturas. As “marcas” nas paisagens poderão ser inventariadas e descritas por seus atributos físicos (que as explicarão como conjuntos de formas); mas as concepções de “matrizes” implicam dizer que as paisagens são “palcos” como materialidades nas quais os agentes as fazem “funcionar”, se relacionando ativamente nelas - as produzindo e sendo produzidos (suas ações) por elas. As “paisagens matrizes” são campos de possibilidades de ações (realizações ou atividades dos sujeitos vinculadas as percepções e representações).

Em segundo momento, podemos pensar as materialidades como frutos de concentrações de representações sociais (MOSCOVICI, 2003) ao longo dos tempos. As coisas materiais compõem nossos mundos de experiências, nossos espaços de ações e elas são frutos de produções, reproduções e alterações que se teceram em momentos passados e presentes. Também implicam possibilidades futuras de movimentarem projetos individuais e coletivos de se relacionarem com (e produzir) os espaços. As materialidades funcionam, assim, como signos (que apresentam sentidos anteriores a nós) que são simbolizados (atributos dos estabelecimentos de sentidos nos contatos presentes das experiências). Elas, então, são concentrações de representações produzidas socialmente (pelas instituições sociais, por exemplo).

Foucault (2013), por exemplo, tende entender a cidade como um conjunto de “utopias” e “heterotopias”. As “utopias” são os pensamentos e ideologias que se tornaram discursos e representações hegemônicas ao longo dos tempos e mantiveram os poderes de se materializarem no urbano (as formas dos prédios, suas arquiteturas,

suas funções formais e suas artes representativas). Por entre elas estão as “heterotopias”, que são as ações que produzem outros sentidos e usos das formas “utópicas” da cidade e que se “atravessam” entre o urbano como vivências criativas dos espaços (públicos, por exemplo). As “heterotopias” se materializam em outras formas, mesmo que se agregando (mas, assim, alterando) as formas utópicas. Mas as materialidades, como formas urbanas, por exemplo, guardam perspectivas de como se configuram e se ampliam (nos ecúmenos, nas localidades e, também, globalmente) certos artefatos simbólicos incentivados pelas massificações das culturas e/ou pelas ideologias trazidas dos campos políticos e das constituições das instituições sociais.

Em terceiro momento, e já falei algo sobre as construções de “heterotopias urbanas”, temos as materialidades como construções simbólicas de perturbações das formas/coisas/sentidos à priori (formas universalizantes e massificadoras), produzidas pelas relações dos coletivos e pessoas que vivem cotidianamente os espaços sociais. Aqui temos as formações simbólicas de coisas materiais dadas pelas construções simbólicas de grupos específicos, sejam eles regionais, sejam eles locais. Isso poderá ser entendido, então, como formas “heterotópicas” de construções dos espaços urbanos, em uma perspectiva foucaultiana, ou, então, os “espaços de representações”, de Lefebvre (2013), em contraponto às formas utópicas (FOUCAULT, 2013) e as “representações de espaço” (LEFEBVRE, 2013). Temos, assim, as dualidades das materialidades: os paradoxos entre as produções materiais formais dos espaços sociais (as “utopias” e as “representações do espaço”) e as vivências criativas e autênticas sobre/em contraponto destes espaços primeiros (as “heterotopias” e os “espaços de representações”).

Temos, ainda, um quarto momento em que se inserem os artefatos que estão nos lugares e que são manipulados pelas culturas locais que

se apresentam com “híbridos” (BHABHA, 2013) entre massificações e localizações: são as espacializações das culturas juvenis locais que se agregam e agregam elementos simbólicos de culturas midiáticas globais e as reinventam compondo novas formas de materialidades, que são acionadas em localização diversas “aqui” e “acolá” na cidade.

As perspectivas das representações (em relações ou contraposições das percepções)

Nestas perspectivas, em primeiro momento, podemos entender as produções simbólicas que se universalizam e como elas se agregam às definições e as determinações de condições existenciais de corpos sociais, condicionado formas de identificações deles. Estas identificações são produzidas socialmente, como as constituições das significações produzidas pelos poderes (instituições) que se ocupam dos controles dos corpos (tornando-os representações sociais). Estes processos se produziram vinculados aos sintomas binários da modernidade, que definiram, ao longo dos tempos, as normalidades e as formas desviantes das formas/estéticas corporais (FOUCAULT, 1988). Interessante pensar que as “normalidades” representam “neutralidades” “naturalizadas”, como padrões de existências “corretas” (normais) e, assim, não implicam, exatamente, atributos que poderiam ser identificadas (isso é claro na leitura da neutralidade da branquidade em Maclaren (1997) e da heterossexualidade compulsória ou heteronormatividade em Butler (2010)).

As formas subalternas e desviantes destas normalidades implicam processos identificadores repressivos definidos por conjuntos de dispositivos sociais institucionais (FOUCAULT, 1988; 1993), mas que, também, implicam em resistências como “lutas por reconhecimentos sociais” (HONNETH, 2003). Os primeiros implicam definições

exaustivas racionais sobre os estabelecimentos dos desvios e das normalidades dos corpos; os segundos implicam atividades sociais de busca por reconhecimentos daqueles que sofrem pela marginalização de seus corpos. Esses últimos, não tendo escolhas linguísticas alternativas, agregam-se às identidades desviantes historicamente produzidas, mas as ressignificam. Estes novos significados de uma mesma identidade (marginal) são dados pelas lutas políticas travadas nos cotidianos sofríveis das relações sociais (lutas de pequenas intensidades nas vivências diárias dos sujeitos sociais, contra as forças que procuram conservar as normalidades), assim como nos processos coletivos que constroem os movimentos sociais (quando as lutas de pequenas intensidades se acumulam e produzem escalas maiores de articulações políticas coletivas).

No segundo momento, teremos novas configurações de representações sociais produzidas como ressignificações das identidades universais (culturas homossexuais, por exemplo), como recomposições de identidades coletivas e produções de “lugaridades” subversivas. Esses processos implicam produções de “lugares de consumo” e “lugares dos movimentos sociais” que agregam pessoas que conduzem formações simbólicas que ressignificam aqueles atributos que são tidos como transgressores e pejorativos (BOURDIEU, 1989), como vistos no trabalho das microterritorializações homossexuais em Costa (2002).

Neste aspecto, os sujeitos não têm outras saídas a não ser se apegarem aquelas identificações desviantes e anormais, reconstituírem tais atributos e construir outros mundos possíveis de alegrias e afetos, mesmo que restritos aos espaços (discriminados) de ressignificações possíveis. As próprias vozes de reconhecimentos são construídas em lugares tidos (hegemonicamente) como subversivos e guetos de contraventores. As lutas pelos reconhecimentos implicam

subjetividades ávidas por saírem de situações sociais marginais, que se agregam em situações intersubjetivas de debates de suas condições sociais e rearticulações culturais e políticas. Estes momentos e eventos espaciais constituem ações e projetos de promoções das visibilidades sociais dos aspectos das novas ressignificações simbólicas das culturas produzidas nos espaços dos marginalizados. Tais visibilidades também implicam instituições de denúncias dos problemas de inserções sociais destas pessoas e pressões sobre as opiniões públicas para atenderem-se aos seus sofrimentos. Estas visibilidades culminarão nas constituições de demandas por direitos que fomentarão, ainda mais, os avanços dos reconhecimentos sociais, principalmente quando estas demandas atingem formas legais institucionais e se produzem como leis que asseguram a inserção social.

Moscovici (2003) debate com Durkheim (apud MOSCOVICI, 2003) sobre as necessidades de transporem as ideias de “representações coletivas” para as ideias das representações sociais. Nestas transposições, o autor dá vazão às possibilidades maleáveis das composições das representações sociais, porque ele sabe que as articulações dos poderes políticos que as compõem apresentam diferentes posições (políticas e ideológicas) no decorrer dos tempos. Além disso, também entende que existem disputas nas produções das representações e estas disputas articulam diferentes esferas e/ou escalas de poderes, nos sentidos de que contrapõem certas representações sociais significam esforços de reconhecimentos de outras representações dadas por grupos diferenciados, muitas vezes atingidos pelas primeiras em sistemas de dominações culturais.

Dessa forma, além do exposto, existem esferas mais micros, como terceiro momento destes entendimentos, nos processos que se tecem dentro dos próprios grupos que contradizem os poderes institucionais, morais e políticos das representações: temos aquelas

maleáveis dadas pelas diferentes composições de forças coletivas em aspectos diversos que “compõem”/“dentro” os/dos grupos de lutas pelos reconhecimentos. Neste aspecto, são produzidas identidades em divergências de demandas dos sujeitos sociais atacados pelas identidades sociais constituídas como desviantes ou marginais, mas também atacadas pelas unificações das produções das identidades dos próprios movimentos de lutas pelos reconhecimentos. Estabelecem-se atenções muito fortes destas disputas na história dos estudos feministas, por exemplo, como em Angela Davis (2016) e Kimberley Crenshaw (2002). As discussões sobre as “interseccionalidades” apresentam-se como formas de constituições de identidades que se articulam com diferentes feixes nas quais outras identificações entram em disputas, principalmente nos debates das mulheres negras e das relações de classes nas composições das demandas das políticas feministas. O próprio movimento homossexual, composto por homens gays norte-americanos, cujo estopim histórico é o evento de “Stonewall Inn” (1969), se desenvolveu em várias composições de siglas (LGBTQI+... etc) e se amplia compondo divergências de significados e colocando em debate mais e mais formas contra hegemônicas além dos binarismos entre hétero e homossexual, entre masculino e feminino.

Como estão percebendo nesta seção, as representações sociais são configuradas tanto como composições hegemônicas de identidades como diferentes tipos/processos de identificações. Colocamos, aqui, as necessidades de entender melhor as relações destes conceitos. É necessário evidenciar que nas políticas das lutas pelos reconhecimentos são evidenciadas histórias, eventos, fatos e genealogias das produções de parâmetros de representações sociais (culturalmente, politicamente e cientificamente produzidas) que definem centralidades e marginalidades dos comportamentos

e apresentações dos sujeitos sociais. Existem fortes conexões entre ideias produzidas hegemonicamente e as configurações das identificações dos “outros” em sociedade. Além disso, os diferentes corpos e diferentes comportamentos são determinados pelas identidades representadas em outras escalas (e outros tempos) além dos cotidianos imediatos.

Como vimos, coletivamente, as forças políticas de reconhecimentos recompõem novas formas de representações sociais sobre “o nós” marginal e reforçam as apresentações não normativas de apresentações dos corpos (representados, primeiramente, como desviantes). Mas a própria teoria do reconhecimento (HONNETH, 2003) aponta para uma quarta esfera que é aquela mais corporal, ou seja, a esfera que reúne aqueles que são atingidos por diferentes feixes de representações e se identificam como “além” (ou “aquém”, quando sofrem as opressões) de tudo isso: os sujeitos como singularidades (GUATTARI; ROLNIK, 2007). As singularidades são as produções constantes das diferenças e implicam as individualidades sendo atingidas por diferentes feixes de identificações e/ou representações e se “desterritorializando” de todas elas: se singularizando ou produzindo-se como diferenças a cada momento.

Os imperativos das diferenças apontam para as plurais formas de percepções/interpretações dadas pelas pessoas das construções de representações sociais que culminam em identidades compartilhadas em diferentes esferas coletivas de identificações. Isso implica, constantemente, “desterritorializar-se” (DELEUZE; GUATTARI, 2012) de todas e quaisquer formas de definições coletivas vinculadas tanto às normalizações das condições sociais hegemônicas dadas, como daquelas vinculadas às lutas por reconhecimentos, como, também, dos processos que se interpõem como novas demandas a tais lutas.

Temos, então, os diferentes “corpos/espíritos” e/ou as singularidades contrapondo as relações com a sociedade, com as coletividades políticas divergentes e com aqueles “outros” imediatos compostos nos convívios sociais.

Neste sentido, como propriamente Honneth (2003) observa, existem as dialéticas das construções contínuas dos sujeitos (HEGEL, 1992): os sujeitos são sempre “devires” e eles são compostos nos encontros das diferenças que produzem rupturas de suas individualidades. Os “outros”, como diferenças, são absorvidos nas consciências, mas o que se produzem são sínteses (entre os “eus” e os “outros”). As sínteses produzidas são novamente reconstituídas por novos afrontamentos como novos encontros com “outros diferentes”. Existem, assim, processos incessantes de singularizações (das pessoas como consciências de si mesmas), como “devires” sempre em processos, nas quais novas sínteses são produzidas, como afrontas entre individualidades desejantes (consciências produzidas “até agora”) que “consomem” as diferenças (nos encontros e nas experiências com o “outro”) e são reconstituídas.

As quatro esferas que discutimos nesta seção implicam projetos complexos das composições das singularidades e sempre serão relações entre interioridades e exterioridades (como argumenta Claval (1999)). Vejam... Implicam relações espaciais diversas que veem a corroborar: as produções hegemônicas dos espaços que normalizam as individualidades; as produções diversas das coletividades que reúnem esforços de reconhecimentos de determinadas identidades; e as fissuras dadas pelas pessoas como singularidades – processadas nas relações das interioridades que se articulam como diferentes esferas de exterioridades: os “outros” imediatos, os “nós” coletivos (territorializados), o social (os espaços sociais normatizados).

As perspectivas das percepções

Enquanto as perspectivas das representações enfatizam como as produções sociais e culturais atingem, produzem, reproduzem e configuram as contradições das relações com os sujeitos sociais, os caminhos das percepções partem das pessoas (sujeitos e/ou singularidades) para os coletivos e o social. As representações já implicam teores fenomênicos, mas suas ênfases implicam fortemente as construções coletivas e estruturantes que atravessam as pessoas (os caminhos de estudo estão ao contrário: do social para os sujeitos). Nos estudos de percepções evidenciamos os enfoques das singularidades e tudo que partem/estão delas/nelas (percepções e suas interpretações). Nas Geografias das percepções temos que os espaços são percebidos e interpretados (fica, então, a pergunta: sob qual/quais “luz”/“luzes” é/ são interpretado(s)?).

Na Geografia de Tuan (1980), temos os jogos de luzes, as sensações diversas contidas nas emoções dos contatos com os objetos dos mundos exteriores (construções e reconstruções físicas humanizadas), os calores dos encontros com os outros (e com os diferentes seres do mundo vivido, como nas discussões de Merleau-Ponty, (2011)), os sintomas de amor, de ódios, de alegrias, de tristezas, de impetuosidades e de medos nas relações com os outros (físicos e orgânicos, individuais, coletivos e sociais) e com os lugares diferentes. Nestes sentimentos todos queremos sempre saber como as “interioridades” das pessoas que sentem são exteriorizadas. No entanto, só entenderemos estas interioridades quando elas são exteriorizadas para nós, nos nossos escritos/trabalhos produzidos, por exemplo. Vamos pensar, então, de forma fenomênica, sobre aqueles que se interessam pelas

interioridades dos outros: os “eus pesquisadores”². Nestes processos, os “eus pesquisadores” são eles mesmos percebendo e compondo suas interioridades que são exteriorizadas, novamente, nos escritos que “falam” daqueles outros – são os sentidos e os fluxos complexos das pesquisas fenomenológicas.

Mas as dialéticas também fazem parte disso, das construções das interioridades que implicam formas de entendimentos das exterioridades vividas dos mundos. Os fluxos dialéticos de Hegel (1982) são as composições das fenomenologias dos espíritos ou as diferentes percepções sobre “o si”³ e os “outros”⁴ na relação de “mim”⁵ com as “outridades”⁶. Decorrem feixes de produções de processos de singularizações daqueles que definem “os outros” e como “os outros” os afetam nas próprias produções do “eu” (consciência), nas dialéticas dos encontros efêmeros em diferentes situações e contextos de

- 2 Escrevo “eus” (uma possibilidade de entender o “eu” no plural) como analogia aos pesquisadores como constituidores de um grupo social que precisa ser criticado aqui. Muito embora seja um grupo social, cada “eu pesquisador” se revela como singularidade na pesquisa e estabelece uma singularidade do próprio processo dito científico. A partir deste momento existe uma dificuldade da escrita entre o que é singular e o que é plural. Aliás, o texto todo apresenta esta dificuldade uma vez que estamos falando de processos imbricados entre pessoas como singularidades e suas relações com outros imediatos (singulares), mas também coletividades produzidas a todo o momento. Como notam, o texto todo está concentrado no plural para dar ênfase a relações diversas sempre em transformação.
- 3 Estou colocando “o si” no singular para dar ênfase ao processo concebido como uma unidade (a pessoa como singularidade). O “si” se coloca aqui como formação da consciência da pessoa mesma (consciência de si mesma), no contato com o outro ou com os outros.
- 4 Poderia ser no singular “o outro”, como relação entre uma pessoa e outra, mas optei no plural, porque uma única pessoa se relaciona com outras no mesmo e em diferentes tempos e espaços.
- 5 O “mim”, na dialética hegeliana, é a pessoa da/em ação, cujo presente pontual da ação desencadeia a produção (um pouco mais à frente no tempo) da consciência de “si” (a consciência que é produzida como avaliação posterior da ação, ficando imagens que se revelam em identificações diversas).
- 6 Optei por “outridades” no plural no mesmo sentido da opção por “outros” no plural como foi estabelecido na nota 4.

relações, sejam culturais, sejam sociais, sejam dos inesperados e dos efêmeros dos próprios encontros.

Para Hegel (1982) “a consciência” é produzida na consumação do “outro” e ela sempre é afrontada num eterno processo de (in)definição da “crença”. O encontro com o “outro” implica perturbação do estágio atual de verdade. O “outro” é transformado na sua consumação, que é a própria produção da consciência (de “si”).⁷ Os fluxos de percepções e interpretações das coisas externas do mundo são novamente perturbados por exterioridades (“os outros”), promovendo novas rupturas e novas consumações destes “outros” (exterioridades...), e assim por diante, em eternas viagens e/ou eternos “devires”. Por outro lado, estes processos dialéticos não são tranquilos, pois implicam os sofrimentos sobre as incapacidades “daquilo que se é”⁸ (as políticas dos desejos) e cujos processos demandam “vir a ser”⁹. As dialéticas das consumações do “outro”, e as produções das consciências, implicam confrontos em que “o eu” e o “outro” são sintetizados (nas consciências “de si”), o que fazem as pessoas perderem para poderem se constituir novamente.

Conforme Serra (2009)¹⁰, em Husserl a fenomenologia¹¹ se ocupa do problema da realidade e como ela se realiza racionalmente na consciência. Neste sentido, a intencionalidade se produz nesta

7 Nestas três linhas iniciais deste parágrafo opto por escrever no singular porque Hegel (1982) debate a produção da consciência da pessoa como singularidade. Depois destas três linhas volto ao plural para entender isso como processos de todas as pessoas.

8 Embora a frase esteja no plural, para representar que isso ocorre com todas as pessoas, algumas expressões entre aspas estarão no singular para enfatizar que isso é de ordem da pessoa como singularidade (como única nos seus contatos com o mundo).

9 Idem. Também para as próximas expressões entre aspas neste parágrafo.

10 Neste parágrafo a escrita será no singular, para enfatizar o processo de uma singularidade (da pessoa como unidade e sua produção de consciência).

11 O singular reflete a ideia da ciência, mas podemos pensar em “fenomenologias” no plural, uma vez que isso remete a processos diversos vinculados a todas as pessoas como singularidades.

realização, na qual a “coisa” percebida se evidencia em perspectiva de “preenchimento” condicionado à intenção¹². A intenção significa “o desejo de notar algo”, mas cujo percebido poderá ser ou fugir deste intencionado. A intenção remete a memória ou algo significado (tornado consciência), mas que poderá ser repellido pelo “esvaziamento” entre aquilo que se quer perceber e o algo propriamente dito (o real no “aqui” e “agora” do contato de experiência), que poderá “desfazer” o desejo de notar.

Este ato de perceber¹³ remete, conforme Serra (2009), a um estado de coisas colocadas no passado e seu desejo de presentificação. No ato de percepção presentifico ou não, ou seja, preencho (satisfaço) esta intuição ou ela estará esvaziada. É claro que existem nuances entre a possibilidade de preenchimento e o esvaziamento e, por estas nuances, multiplicidades de significações produzirão as sínteses entre intuição (desejo de notar algo ou a significação sobre aquilo do real que é notado) e o notado (o real como ele é fora de nossa intuição ou do desejo de notar). É isso que constitui a intencionalidade, na dialética entre preenchimento e esvaziamento das nossas intuições (estados do passado que foram significados) e aquilo que é notado (ou a realidade que escapa as significações, como condições apreendidas de estados passados que querem se presentificar ou tornar o real uma realidade – condições racionais dadas significadamente na consciência). A síntese é a perspectiva fenomenológica, aquilo que torna a essência do percebido – relações sintéticas entre preenchimento e esvaziamento

12 Vejam que a construção textual no singular dá valor a uma situação chave de construção da necessidade de realização do preenchimento de uma consciência com uma coisa percebida. Fujo, radicalmente, da construção do texto no plural neste parágrafo para dar vazão a este pensamento em especificidade.

13 Ainda permaneço com a produção textual no singular porque quero dar vazão aos contextos e situações específicas da relação de uma pessoa com o real (a situação).

da intuição como desejo de perceber, mas cujo desejo é negado pela evidência que escapa as significações dos estados das coisas passadas.

Os problemas da fenomenologia, então, se apresentam, novamente, nas representações dos estados de significação humanas e suas capacidades de criarem mundos, a partir das necessidades de reproduzirem estados passados apreendidos. Por outro lado, estes estados sofrem contrastes constantes com as coisas, seres e fatos do mundo real (exterioridades não significadas), que precisam estar significadas (para conduzirem as compreensões das coisas do mundo). Estamos em constantes movimentos entre os confortos de apreender os mundos e os desafios das incertezas que eles nos colocam. Vivemos nestas sínteses de satisfações de entendimentos com/dos mundos e os perigos de seus esvaziamentos (perdas de satisfações de entendimentos) como sintomas conscientes de significação. Estas dialéticas se apresentam em atos diários e isso que movimenta nossas sagas por conhecer.

Serra (2009), a partir da obra de Husserl, nos fala da questão da “atenção”, como base do problema crítico da fenomenologia em relação às instrumentalidades das ciências. Os atos de “atentar” (à algo ou aos fenômenos diversos) significam os extremos esforços de preenchimentos (satisfações) das intenções (os desejos de notar e dar estabilidades de significações para as coisas). Não somente as ciências, mas as culturas e, também, as representações construídas socialmente conduzem estes atos de intencionalidades não perturbadas ou que lutam contra os esvaziamentos das significações. Mas será que isso acontece? Cremos que não. Isso a fenomenologia nos permite pensar quando as percepções são estas sínteses dialéticas entre preenchimentos (satisfações dos desejos de notar) e esvaziamentos (incapacidades de saciar os desejos de notar). Para que estas sínteses se tornem estáveis e pacíficas, teremos que atentar as coisas e

construir fundamentos de significações (no sentido de aprisionar as realidades pelas significações dadas pelas culturas, pelas ciências e/ou pelas representações sociais).

A perspectiva relacional

Então, foram três grandes dimensões sobre as relações entre interioridade e exterioridade (dadas por Claval, 1999) nos pensamentos sobre culturas para a Geografia Cultural, que foram multiplicadas, aqui, em diferentes subdimensões. Nestes jogos de problemas relacionados às construções de culturas, identidades e questões simbólicas, temos os problemas relacionais definidos por Claval (1999): as relações de como os “espaços culturais” são produzidos pelas pesquisas (que tem vínculos com as construções simbólicas, culturais e identitárias que os pesquisadores querem enfatizar e como que seus fenômenos os levam a se posicionarem). Assim temos três grandes problemas:

- a esfera das relações entre pessoas, espaços e sociedade (como foram às discussões sobre as representações coletivas e/ou representações sociais);
- a esfera das relações entre pessoas, espaços e cultura (como foram às discussões sobre as significações de estruturas dadas por coletividades ou as produções de intersubjetividades em determinados espaços e/ou lugares e/ou territórios);
- as relações diretas das pessoas com os espaços (e com os “outros” naqueles/daqueles espaços, como os processos de pesquisas pautadas nas diferentes singularidades e suas percepções e interpretações dos espaços, de “si” e dos “outros”).

Claval (1999) nos coloca os desafios dos entendimentos das produções das perspectivas relacionais das relações entre espaços

e culturas. Isso seriam Geografias Culturais que agreguem todas as perspectivas aqui pensadas? A Geografia tem feito isso na atualidade? Em termos... Por isso das Geografias Sociais, por isso das Geografias Fenomenológicas (Humanistas) e por isso das Geografias Acionistas (os espaços praticados em Sahr, 2007). Mas, talvez, muitos trabalhos que são posicionados em uma ou outra perspectiva do “guarda-chuva” complexo que é a Geografia Cultural, podem ser posicionados fortemente nestas perspectivas relacionais. Mesmo que não sejam em seus contextos temporais eles, em determinadas momentos das histórias de desenvolvimentos, se preocuparam com uma ou outra ênfase e constituíram interseções de algumas destas relações. Talvez este seja o caso das minhas produções e discussões feitas ao longo dos tempos. Na parte dois deste texto, procuro entender estas múltiplas preocupações que, talvez, apontem para estas perspectivas relacionais. Vamos, então, para a parte dois.

PARTE II: MEUS HORIZONTES EM GEOGRAFIAS CULTURAIS E HUMANISTAS E OS ENTENDIMENTOS SOBRE OS SUJEITOS ORIENTADOS SEXUALMENTE PARA O MESMO SEXO EM MICROTERRITORIALIDADES URBANAS

Cabe colocar que a visão relacional das pesquisas sobre espaço e cultura proposto por Claval (1999) aqui são entendimentos meus compostos nas minhas insuficiências sobre tal proposição, talvez como uma possibilidade de diálogo com este grande autor. No entanto, esta ideia é colocada em confronto com minhas trajetórias de pesquisas, nas quais eu procuro/procurei debater, “me debater”, em determinadas construções desta Geografia Cultural Relacional e isso é fruto de meus diálogos com “outros” (pessoas, pesquisadoras e textos) pelos quais me construí como pessoa e como pesquisador.

Sou, ao mesmo tempo, aqueles que li, mas estes são recompostos em minha consciência (são consumados) nas minhas próprias singularidades de ações e de formas de discursos. Eu estudo e compartilho de sintomas de identidades e diferenças com outras pessoas orientadas sexualmente para o mesmo sexo e também me diferencio e me aproximo de um conjunto de outras singularidades de geógrafos e geógrafas que me impuseram admirações e contrastes sobre aquilo que penso e que sou, em “devires” de alegrias e de desesperos quanto àquelas coisas que sei que contribuo e muitas outras que são vistas em negações e estranhamentos. Para discutir as minhas trajetórias, irei separar momentos de pesquisas, formações de pensamentos e posicionamentos de minhas interpretações dos espaços de encontros de sujeitos orientados sexualmente para o mesmo sexo, nos quais são os meus próprios espaços de encontros (que os denominei de microterritorialidades): o momento social; o momento cultural; o momento de exploração da singularidade; o momento de dúvida do território; e o momento de encontro com uma forma de entender o viés fenomênico ou do “eu-pesquisador”. Eles apresentam temporalidades diferenciais, mas se mesclam em determinadas situações e eventos. Não irei discorrer sobre as temporalidades, mas sim sobre os teores de minhas explicações sobre os meus próprios momentos.

O momento social

Muitos dos meus escritos vêm das necessidades de entender as construções de identidades que convergiam aqueles que se relacionavam afetivo-sexualmente com pessoas do mesmo sexo. Neste momento, a estratégia teórica foi entender a produção da “identidade homossexual” construída como estigma social (GOFFMAN, 1988). Dessa forma, os territórios homossexuais de Porto Alegre eram

“condições sociais da identidade homossexual” (COSTA, 2002). Estas condições funcionam como produtos de formas de representações binárias que identificam, perante as relações sociais, os sujeitos – as identidades sociais/sexuais explicavam seus desejos e os posicionavam em condições de estigmatizações, mas, também, em seus ímpetos e lutas por aceitações e reconhecimentos. O espaço social (LEFEBVRE, 2013) foi, então, constituído pela normatividade heterossexual e os territórios (microterritorializações) gays seriam partes que a sociedade normalizadora organizava (os próprios sujeitos eram obrigados a se organizar e a desorganizar o espaço social) para agregar aqueles que divergiam e eram estigmatizados por ela.

As discussões giram em torno de como os sujeitos são abarcados por estes determinantes sociais e de como eles constroem-se vinculados à identidade criada “fora”, mas compartilhadas nas relações diretas. Os estigmas são representações sobre as pessoas produzidas fora da esfera cotidiana, mas funcionam justamente porque os sujeitos são determinados por elas, perante as relações sociais vividas cotidianamente. A produção da identidade estigmatizada em Britzman (1999) e Weeks (1999) se apresenta como um conjunto de sentimentos dos sujeitos ao se depararem com as impossibilidades de vivências de seus desejos homoeróticos (são significadas por eles como atributos indesejáveis), mas também são formas de identificações vividas subalternamente nos “subterrâneos” (MAFFESOLI, 2002) das relações sociais: que são formas marginais de coletivizações e ressignificações daquilo que é estigmatizado pelas instituições sociais normalizadoras (família, escola, grupos de amigos, etc).

Momento cultural

Mas eu estava nas microterritorializações gays e lá encontrava pessoas que eram criativas e produções reais de formas simbólicas bem

singulares (as formas de apresentações dos corpos e as formas que celebravam suas vidas imersas nas músicas, nas vestimentas, nas gírias e nas diversidades de relações amorosas e expressões compartilhadas coletivamente) que contradiziam parâmetros da suposta identidade estigmatizada: o estigma era reinventado e se transformava em celebrações das vidas, dos desejos e dos afetos compartilhados.

As criatividades eram expressões destas pessoas e estavam relacionadas com aspectos culturais da própria sociedade, como as formas de consumir culturas, por exemplo, nas suas formas diversas de se identificarem com sintomas e sensações culturais da música e do vídeo clipe – estava eu em pleno final dos anos de 1990 e segunda metade dos anos de 2000, nos quais os fenômenos globais da música e do vídeo clipe contradiziam definições estáticas de vidas em sociedade e apresentavam novos sujeitos sociais ansiosos para serem reconhecidos. Os produtores e artistas se engajavam em novas representações acolhidas nos cotidianos de pessoas estigmatizadas socialmente. Tais pessoas se apoderavam dessas representações e agiam promovendo fissuras relacionais no espaço social: as microterritorialidades. Tais microterritorialidades, ao mesmo tempo, também eram sintomas das organizações de espaços de consumos de diversões noturnas capitalistas: ao mesmo tempo “contra” e a favor da “sociedade” (COSTA; HEIDRICH, 2007).

Ao mesmo tempo em que cada microterritorialidade apresentava um sintoma que atraía e levava/condicionava as pessoas que estavam nela a se vestirem, a se comportarem e a se comunicarem de determinadas formas, ela era, também, a agregação de um conjunto de sintomas das produções culturais gays que transitavam por diferentes escalas e apresentavam reproduções “aqui” e “acolá”. Por outro lado, cada microterritorialização gay que eu encontrava em Porto Alegre, e nos trânsitos em outras cidades brasileiras, apresentava

uma especificidade coletiva, ou seja, as pessoas se compunham entre a coletividade territorializada. Aqui os sintomas culturais são produtos de um conjunto de formas e efeitos simbólicos trazidos de outros espaços culturais, mas se revelam como criatividades estabelecidas nos lugares de consumos gays (as microterritorialidades). No meu entendimento, neste momento, cada microterritorialidade compunha formas de representações compartilhadas intersubjetivamente em uma coletividade de uma série de sujeitos que precisavam dela para compartilhar a identidade negada no espaço social geral (nos cotidianos fora destas microterritorialidades).

Estas forças coletivas mantinham três vieses de análises: as dos sujeitos que sofrem com as vivências das identidades estigmatizadas; as das coletividades que compartilham novos elementos simbólicos e formas culturais específicas de sociabilidades (são os aspectos políticos e os simbólicos/culturais em mesmos fenômenos e, por isso, as escolhas dos enfoques territoriais ao contrário dos de lugaridades); as produções sociais divergentes dos elementos das culturas gays que transitam por estes vários territórios de fissuras em diferentes cidades do mundo.

Momento de exploração da singularidade (o atrativo da fenomenologia)

Por outro lado eu sabia que eu e meus amigos mantínhamos capacidades de avaliarem “a si” e “aos outros” e que suas relações com as produções das identidades sociais estigmatizadas e com as culturas microterritorializadas, compartilhadas nos lugares de frequências gays, eram de críticas e de estranhamentos (“de si”, quando estavam nas microterritorialidades, e dos “outros”). Neste sentido, existiam fortes apelos as diferenciações individuais nas/“dentro” das coletividades territorializadas gays.

É, neste sentido, que me interessei nas microterritorialidades como encontros das diferenças (dos sujeitos a que vem contribuir e se relacionar) e como tais sujeitos se afetam devido supostas identidades sociais e conjuntos de atributos relacionais e simbólicos compartilhados nos espaços de encontros coletivos (sejam eles espaços públicos ou estabelecimentos comerciais de encontros gays). Assim, comecei a entender que suas individualidades/diferenças perturbavam minhas supostas definições de microterritorialidades, que estavam pautadas nos sintomas de trocas simbólicas coletivas e cujas estas trocas estavam “acima” e, fortemente, produzindo as apresentações e concepções das pessoas que as compartilhavam. Percebi, pelo contrário, que as trocas simbólicas eram instáveis e denotavam criatividades constantes que transgrediam as supostas homogeneidades comportamentais e simbólicas que definiam as microterritorialidades. As microterritorialidades eram paradoxos entre construções coletivas compartilhadas localmente e os diferentes sujeitos que as negavam e as resignificavam para encontrarem-se (em si mesmos) por entre as multidões (COSTA, 2008).

Momento de dúvida do território

Nos meus trânsitos com as diferenças encontradas nas supostas igualdades contidas nas microterritorializações, percebia, cada vez mais, que as próprias condições de culturas, de identidades, e nossos consequentes geográficos como territórios e lugares, eram formações ideológicas que serviam para produzirem resultados científicos que convergem para as demonstrações e divisões de determinados grupos de pessoas (COSTA, 2016), no sentido de construí-las nos jogos de poderes das próprias ciências. Assim, as identificações dos territórios, lugares e tipos de pessoas em formações coletivas foi visto,

na crítica sobre meus posicionamentos, como servindo às formas de demonstrações e de dominações sobre aqueles que se quer demonstrar. Neste aspecto, flertei com as teorias das multiculturalidades (COSTA, 2017) e das interculturalidades nas tentativas de entender como os encontros de pessoas diferentes “abrem-se” e “destroem” as formas de entendimentos estruturantes sobre as culturas, as identidades e os espaços.

Neste transito, percebi que as formações simbólicas compartilhadas se apresentam como trocas de diferenças e que os próprios espaços de encontros, ou os microterritórios, para mim, são estas possibilidades de transgressões, em uma perspectiva deleuziana, de suas próprias condições originais unificadoras e identificadoras. Os microterritórios, então, servem como seus contrários, para transformarem e reconstituírem elementos simbólicos, como “platôs” pelos quais seres se “desterritorializam” e se transformam em novas produções de diferenças (DELEUZE; GUATTARI, 2012). Ao contrário, as desterritorializações das subjetividades e suas objetivações evidenciam os microterritórios como “platôs” produtores “rizomáticos”. Os territórios, assim, servem para (re) construir e para transgredirem e poderão ser entendidos como elementos de posicionamentos das diferenças que questionam (suas individualidades e as dos outros) e ressignificam atributos simbólicos de múltiplas formações identitárias e/ou intersubjetivas.

Momento de encontro com uma forma de entender o viés fenomênico e o “eu pesquisador”

Mais atualmente, eu procuro me entender como sujeito pesquisador munido de diferentes ideias e categorias sobre os sujeitos que trabalho. Finalmente, me entendi como meus próprios sujeitos e seus

ímpetus de diferenciações (nos contrastes com os outros) em formas estruturantes de igualizações (nas buscas das identificações). Lanço-me a um “olhar” sobre meu(s) “eu(s)” (minhas “consciências de mim”, pessoa comum e pessoa pesquisadora), sobre o que me aproxima e o que me separa daqueles que encontro em microterritorialidades. Vejo, nos meus questionamentos, que o que deve ser pesquisado é o (meu) “eu” (como pesquisador e como sujeito de pesquisa, no sentido da formação de minha consciência, na consumação dialética dos “outros”: outras teorias e outros sujeitos pesquisados). Neste sentido, me pergunto em como as oportunidades de pesquisas me remetem a possíveis necessidades de entender os aspectos relacionais das culturas (o “eu”, o cultural, o social, o “outro” com quem me comunico).

Neste processo eu sempre estou revendo aspectos produzidos pelas ciências contidos (de formas insuficientes) nos meus conhecimentos, assim como os aspectos acumulados nas convivências com sujeitos homossexuais, nas sensações dos lugares nas quais minha sexualidade é (re)criada, nos contatos que se colocam à minha frente. Tais momentos se reconstituem como “cenas” que confrontam o meu próprio ser (me perturbam e me reconstroem como diferenças, sempre e sempre). Os trânsitos relacionais se dão pelas perturbações constantes dos entendimentos sobre mim (pensares sobre “eu(s)”), do que entendo sobre “o(s) outro(s)”, sobre as culturas produzidas como coletividades de encontros e das identidades como construções sociais (sempre perturbadas e transformadas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, este texto procurou debater a ideia da construção de uma Geografia Cultural relacional devido à provocação estabelecida no texto de Claval (1999). Atualmente, a Geografia Cultural, no Brasil,

tem se dispersado entre vários enfoques, posicionamentos teóricos e metodológicos e grupos políticos e acadêmicos. Poderemos pensar nas divergências e convergências destes enfoques e grupos e quais os posicionamentos discursivos que apresentam. Sabemos, também, que cada pesquisa tende a privilegiar determinado campo de investigações das relações entre culturas e espaços, podendo, inclusive, estabelecer críticas dos próprios usos conceituais e alguns de seus parâmetros epistêmicos.

Ao mesmo tempo em que existem estas dispersões, as investigações em Geografias Culturais (no plural) contribuem nas construções de pluralidades de processos, métodos e teorias na ciência geográfica brasileira. Seus enfoques trazem as pessoas como focos de investigações geográficas e, para isso, precisam, sempre, reverem as próprias bases do pensamento geográfico. As Geografias Culturais, e todas suas divergências internas, contribuem, enormemente, para as renovações da Geografia. Constantemente são atacadas em debates calorosos nas desconfiças de seus aspectos especificadamente geográficos, em virtude de necessitarem, sempre, organizarem arcabouços teóricos e metodológicos interdisciplinares para entenderem as relações das produções, representações e percepções dos espaços dos/pelos sujeitos e grupos sociais. As Geografias Culturais provocam polêmicas e isso é extremamente produtivo nos contextos diversos de nossa ciência.

Os próprios “meios” acadêmicos e de pesquisadores das relações entre culturas e espaços são repletos de contestações, fissuras e divergências. Estas evidências representam as riquezas deste grupo e o fervor de suas necessidades de análises. Claval (1999) se ocupa em incentivar trabalhos que relacionem muitas das especificidades construídas, ao longo do tempo, nas Geografias Culturais, porque ele entende que os espaços dos sujeitos são produzidos por feixes

diversos de influências de diferentes ordens e escalas. Talvez este seja um dos debates necessários aos grupos de pesquisadores, mas, talvez, as próprias existências das defesas das especificidades dos contornos discursivos dos trabalhos já representem os parâmetros de necessidades de contribuições deste campo.

Eu me atrevi em descrever meu trabalho nos pressupostos das Geografias Culturais Relacionais, em virtude das demandas de conhecimentos que os meus problemas de espaços de sujeitos orientados sexualmente para o mesmo sexo demandam. Talvez, quem esteja lendo as relações que estabeleci, já possa evidenciar as singularidades discursivas que tomei ao longo do tempo, não, exatamente, conseguindo pautar as necessidades relacionais estabelecidas por Claval (1999). Eu creio que sempre iremos acreditar mais em certas tendências e menos em outras, mas o importante é abrimo-nos ao debate e conseguirmos trazer, de formas tranquilas e sem preconceitos, as possibilidades explicativas coletadas de um lugar para o outro. Este, talvez, seja o verdadeiro desafio, o de sair de nossos mundos perceptivos e interpretativos epistemológicos e adentrar as novas aventuras. O problema que isso demanda muito trabalho, e mais, e mais, e mais... Mas serão desafios, sempre... E é, a partir disso, que poderemos contribuir para os desenvolvimentos dos conhecimentos e fazer valer nossas pesquisas para os nossos sujeitos pesquisados. ☺

REFERÊNCIAS

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato Correa; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: uma antologia** (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRITZMAN, D. P. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Revista Educação e Realidade**, v. 21, n. 1, p. 71-95, jan-jun, 1999.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

COSTA, Benhur Pinós da. Interculturalidade e Geografia: um debate espacial das relações culturais. **GeoGraphia**, v. 19, n. 39, 2017.

COSTA, B. P. da. Geografia cultural e lutas por reconhecimento social: sentidos territoriais e não-territoriais. In: PIRES, C. L. Z.; HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P. C. **Plurilocalidades dos sujeitos**: representações e ações no território. Porto Alegre: Compasso, 2016.

COSTA, B. P. da. Por uma Geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

COSTA, B. P. da; HEIDRICH, A. L. A condição dialética de produção do espaço social: microterritorializações (culturais) urbanas “a favor” e “contra” a sociedade. In: KOSEL, S.; SILVA, J. da C.; SYLVIO, F. G. F. **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da Geografia cultural e humanística. São Paulo: Terceira Imagem; Curitiba: NEER, 2007.

COSTA, B. P. da. A condição homossexual e a emergência de territorializações. 2002. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2002.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, Florianópolis, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE; G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. v. 4. São Paulo: Editora 34, 2012.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber (1)**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOFFMAN, E. **Estigma**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HEGEL, G. W. F. **A fenomenologia do espírito**. Parte 1. Petrópolis: Vozes, 1992.

HONNETH, A. **Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

LEFEBVRE, H. **La production del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

MACLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

Perspectivas relacionais em geografias culturais e em estudos sobre as microterritorialidades das homossexualidades
Benhur Pinós da Costa

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

SAHR, W. D. G. J. Signos e espaços mundos – a semiótica da espacialização na Geografia cultural. In: KOSEL, S.; SILVA, J. da C.; GIL FILHO, S. F. **Da percepção e cognição à representação**: reconstruções teóricas da Geografia cultural e humanística. São Paulo: Terceira Imagem; Curitiba: NEER, 2007.

SERRA, Alice Mara. Do sentido da lembrança em Edmund Husserl. **Kriterion**: Revista de Filosofia, n. 19, 2009.

TUAN, Y-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Submetido em Novembro de 2019.

Aceito em Fevereiro de 2020.